



DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO



Alteração da Delimitação da ARU- Centro Histórico

e

Projeto da Operação de Reabilitação Urbana

Discussão Pública

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

RELATÓRIO

Índice

| | |
|---|---|
| Enquadramento..... | 2 |
| Documentos publicados e locais de consulta..... | 3 |
| Critério de ponderação das participações | 6 |
| Conteúdo das participações..... | 7 |
| Enquadramento do contributo no documento..... | 7 |
| Ponderação..... | 7 |
| Notas finais..... | 8 |

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

Enquadramento

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia aprovou, por unanimidade, na reunião de 19 de setembro de 2016 a "Proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico" e do respetivo "projeto Operação de Reabilitação Urbana" e deliberou a abertura do período de discussão pública.

O período de discussão pública da proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e do projeto da respetiva Operação de Reabilitação Urbana foi promovido nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a última alteração aprovada pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, para a discussão pública dos planos de pormenor e, em ato simultâneo, procedeu-se ao envio do referido documento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana I.P. (IHRU), por meio eletrónico, para emissão de parecer, conforme e nos termos do nº 3 do artigo 17º do regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto.

A proposta de alteração da delimitação da ARU do Centro Histórico é apresentada em simultâneo com o respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana, nos termos do nº 2 do artigo 7º do RJRU e rege-se pelo disposto do corpo do artigo 13º.



Minuta de Ata de Reunião Pública
De 19 de setembro de 2016

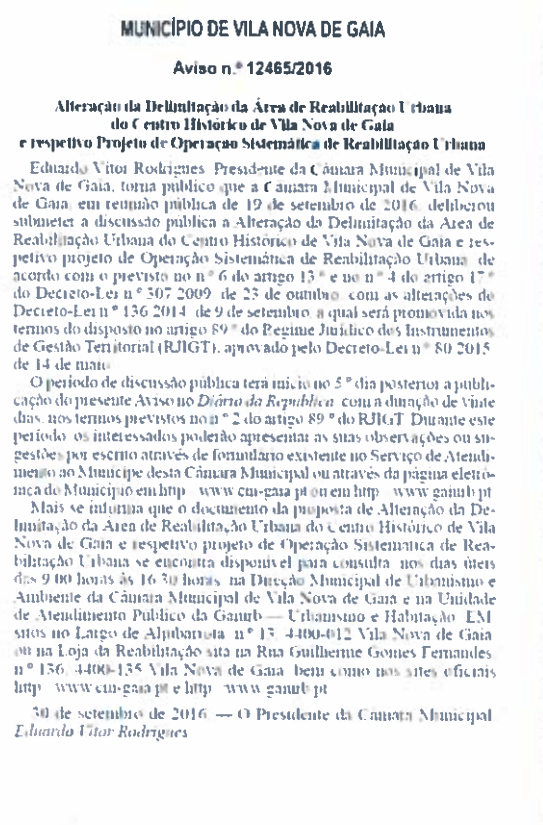
4. PROPOSTA DE DESPACHO REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO DAS URGENCIAS
EDOC2016/0088
Despacho de Sr. Presidente: "A Câmara: 01.09.2016"
Intervenção do Senhor Vereador Dr. Manuel António Correia Monteiro
Deliberação:
A Câmara tomou conhecimento
5. REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE FLUVIAL DO RIO DOURO NO ARREIMO DE AVINTES - I FASE - ERROS E OMISSÕES
EDOC2016/0089
Despacho de Sr. Presidente: "A Câmara: 13.09.2016"
Deliberação:
Deliberado por unanimidade aprovar a Ata de Juri (Erros e Omissões) relativa ao Concurso Público para a Contratação da Empreitada "Requalificação da Frente Fluvial do Rio Douro no Arreimo de Avintes - I Fase" nos termos informados
6. APROVAÇÃO DO PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE VILA NOVA DE GAIA E DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO
EDOC2016/0080
Despacho de Sr. Presidente: "A Câmara: 13.09.2016"
Deliberação:
Deliberado por unanimidade aprovar o Programa Estratégico e a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e submeter a discussão pública durante o período de 20 dias nos termos informados
7. PROGRAMA INTERREG EUROPE - PROJETO LOCARBO - NOMEAÇÃO DE GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E EQUIPA DO PROJETO ADITAMENTO
EDOC2016/0084
Despacho de Sr. Presidente: "A Câmara: 14.09.2016"
Deliberação:
Deliberado por unanimidade aprovar o Aditamento ao Programa INTERREG EUROPE - PROJETO LOCARBO - NOMEAÇÃO DE GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E EQUIPA DO PROJETO nos termos informados
8. PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DE TAXA RELATIVA A LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS NO VALOR DE € 1200 (DOZE EUROS) NAS FESTIVIDADES EM HONRA DE SANTA EULÁLIA, SOLICITADO PELA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OLIVEIRA DO DOURO
EDOC2016/0081
Despacho de Sr. Presidente: "A Câmara: 01.09.2016"

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

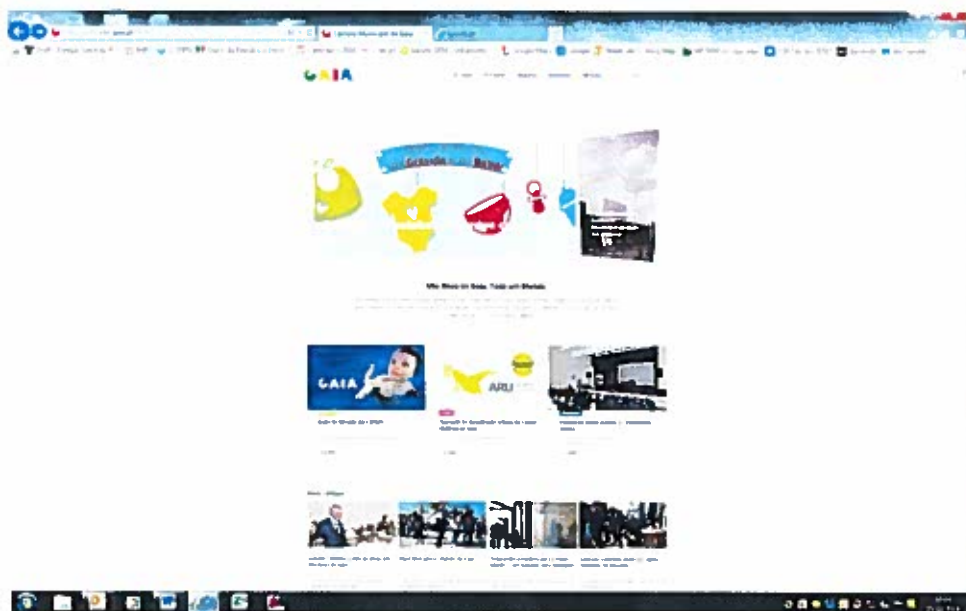
Documentos publicados e locais de consulta

O período de discussão pública teve início no dia 18 de outubro de 2016, quinto dia após a publicação do aviso no Diário da República em 11 de outubro, e terminou no dia 15 de Novembro de 2016 cumprindo, assim, o prazo mínimo de vinte dias fixado no RJGIT), divulgando-se através de anúncios públicos, nos sites da internet do Município (Câmara Municipal e Gaiurb, EM), elucidando sobre a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações e sugestões, assim com sobre os locais onde se encontra disponível a proposta para consulta e onde poderiam ser prestados esclarecimentos em sessão de atendimento personalizado.



PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana



4- Site oficial da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (<http://www.cm-gaia.pt>)



5- Site oficial da Gaiurb - Urbanismo e Habitação, EM - (<http://www.gaiurb.pt>)

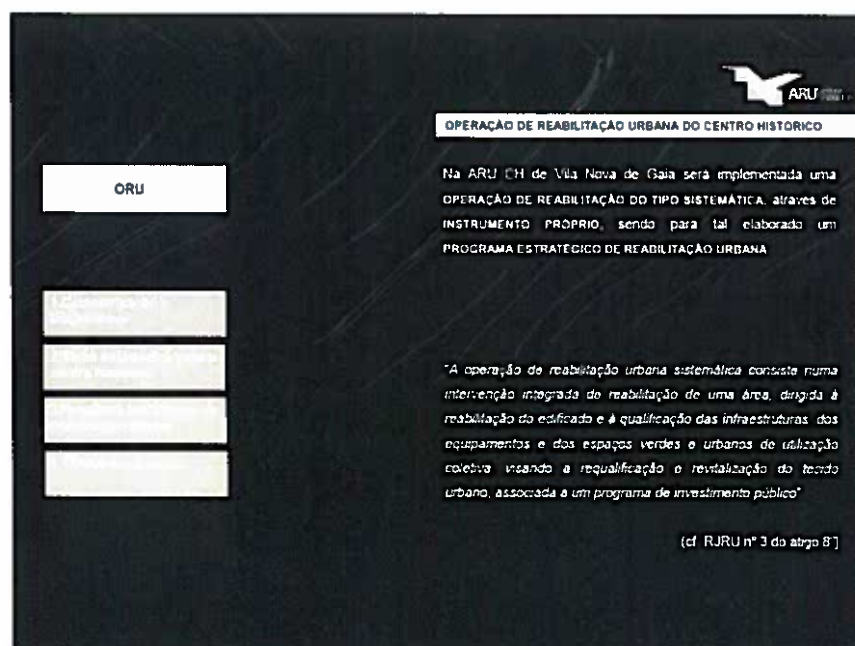
PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana



6 - Página do site oficial da Gaiurb Urbanismo e Habitação, EM - (<http://www.gaiurb.pt>)

O local de atendimento personalizado para esclarecimento de ambas as propostas situou-se na “Loja da Reabilitação”, sita no “Centro Histórico”, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, 163, 4400-135 Vila Nova de Gaia, sendo o atendimento efetuado em dias úteis, entre a 9.00 e as 16.30 horas. Como meio de divulgação e comunicação foram instalados em locais de acesso público e com privilegiada visibilidade, no edifício da Câmara Municipal e nas instalações da Loja da Reabilitação, monitores de vídeo com a apresentação multimédia duma síntese das propostas em consulta pública.



7 - Página da apresentação multimédia de divulgação com síntese das propostas

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

A fim de normalizar a formalização da apresentação de reclamações, observações ou sugestões decorrentes da participação na discussão pública foram disponibilizados formulários adequados através dos sites da internet, quer por inserção on-line, quer por via correio eletrônico e, em formato papel, nos serviços de atendimento ao munícipe na Câmara Municipal e na Gaiurb, EM.

8- Formulário de participação on line na Página dos Sites oficiais

9- Formulário de participação por via eletrônica ou em formato papel

Critério de ponderação das participações

Findo o prazo da discussão pública a Câmara Municipal “pondera as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos que devem ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com questões legais e regulamentares aplicáveis;
- A lesão de direitos subjetivos.”, Devendo a resposta ser comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no artigo 10º, nº 4 da Lei 83/95, de 31 de agosto (direito de participação procedimental e de ação popular) [nº 3 do artigo 89º do RJIGT]

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

Conteúdo das participações

Apesar de se ter registado um número significativo de pedidos de envio do documento em formato digital para uma avaliação mais profunda por parte de particulares, representantes de empresas de vinho do porto e de serviços municipais, do processo de discussão pública não resultaram participações das quais surdissem reclamações, observações e sugestões apresentados pelos particulares.

Apenas foi apresentado um pedido de esclarecimento presencialmente por representantes da empresa *SOGRAPE - Vinhos, S.A.*, com sede na Rua 5 de Outubro, 4527 – 4430-852 Avintes, nas pessoas do Engº Vitor Cerqueira, do Engº Pedro Pinto e do Dr. Carlos Coelho, no dia 14 de Novembro, sobre a proposta de implementação de uma Rede Verde e Parque Circular constante no documento que integra alguns prédios pertença da empresa, receando a Sogrape-Vinhos, S.A. que tal enquadramento possa, eventualmente, prejudicar a capacidade de edificação e urbanização prevista no Plano Diretor Municipal em vigor.

Enquadramento do contributo no documento

O “*Desenvolvimento de um programa integrado de preservação dos valores ambientais e paisagísticos do centro histórico...*” previsto no documento objetiva-se na preservação das estruturas verdes existentes, sejam elas públicas ou privadas, e a criação de uma rede de espaços abertos ao uso público e interligados entre si, na criação de um parque circular verde que possibilita, por um lado, enquadrar paisagisticamente a área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, criando uma bolsa que facilita a interseção com a malha envolvente, mas que é também uma área de oportunidade dada a extensão dos terrenos livres de construção (permitindo esta disponibilidade espacial dotar a coroa do centro histórico de Gaia de áreas verdes de estadia, com valências panorâmicas, e interligá-las através de percursos pedestres e cicláveis) e na criação de uma rede de percursos pedonais que permitirá a interligação dos diferentes núcleos da rede verde, e destes com o parque circular, contemplando intervenções de requalificação do espaço público, mas também a abertura de caminhos e espaços privados ao uso público, através da criação de parcerias com os proprietários, o que permitirá integrar espaços de elevado valor paisagístico.

Ponderação

Face ao exposto, foram os representantes da *Sogrape – Vinhos, S.A.* esclarecidos de que o projeto da ORU do Centro Histórico não pode, por imperativo legal, revelar qualquer desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais, com questões legais e regulamentares aplicáveis, nem ser lesivo de direitos subjetivos, mas que se objetivará em incentivar e compatibilizar as legítimas intervenções em propriedade privada, na plenitude dos seus direitos, com o interesse público da reabilitação urbana.

PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e Projeto de Operação de Reabilitação Urbana

A implementação deste programa não pretende prejudicar direitos adquiridos relativos à propriedade privada nem, em qualquer caso é incompatível ou provoca desconformidade com o plano diretor municipal de Vila Nova de Gaia ou com quaisquer questões legais e regulamentares aplicáveis. A implementação da operação orientar-se-á por gerar consensos e compatibilizar o interesse privado com o bem público a que se dedica, fundamentalmente, a ORU.

Notas finais

Na sequência do período de discussão pública, a única participação recebida de particulares não suscitou a introdução de alterações ou correções à proposta de “alteração da delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico”, e do “projeto de operação de reabilitação urbana”, pelo que, em cumprimento do nº 6 do artigo 89º do RJGT, se elaborou o presente relatório de ponderação da discussão pública que deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal e posterior divulgação pública dos resultados através da comunicação social e das páginas da *Internet*.

Vila Nova de Gaia, 22 de novembro de 2016

Os relatores: J. Duarte Rocha e Rita Amaral